

APONTE O CAMINHO OU A PONTE E O CAMINHO: OLHARES INCLUSIVOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES NA ESCOLA

Prof^a Ms. Elisa Maria dos Santos Batista ¹

Prof.^a PhD. Dra. Débora Araújo Leal ²

Prof. Edinilson Santos Vieira ³

Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo ⁴

Orientadora: Prof.^a PhD. Dra. Débora Araújo Leal ⁵

RESUMO

O presente estudo propôs analisar a importância e os impactos do Programa Bolsa Família no auxílio à inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social, no contexto educacional de uma escola pública da Bahia. A metodologia utilizada foi a qualitativa, através da pesquisa de campo, traçou-se um diálogo com os (as) teóricos (as) Campelo e Neri (2013); Torres (2013), Ball e Mainardes (2011), Cury (2002), Marx e Engels (2007), além dos dispositivos legais. O Brasil é um país de desigualdades enormes e reforçadas com as lacunas econômicas que ampliam as diferenças entre as classes sociais, as políticas públicas que visam à diminuição das distâncias servem não apenas de paliativo para essa situação, mas também para equalizar as desigualdades e permitir o acesso das pessoas menos favorecidas a patamares educacionais que possam auxiliar na mudança de sua situação socioeconômica. A educação sendo um instrumento fundamental de inclusão das pessoas é o caminho mais seguro para a superação dos obstáculos oriundos das condições sociais em que vivem os mais diferentes indivíduos. Nota-se que as políticas públicas sociais estão no caminho certo para alcançar o mais próximo da erradicação da pobreza e do analfabetismo, que por sinal é um dos problemas que enfrentamos para uma sociedade que efetivamente cobre seus direitos junto à classe política. Nos resultados do estudo, as famílias entrevistadas afirmaram que o Programa Bolsa Família tem sido uma alavanca, uma força para atenuar os problemas decorrentes da desigualdade social, porém é necessário repensá-lo, pois o mesmo não atende aos mais necessitados e impacta na frequência dos discentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Inclusão, Políticas Públicas.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela Educaler College – USA; Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia, elisa_maria26@hotmail.com;

² Pós Doutora em Educação pelo IUNIR-AR; Reitora da Educaler University – USA; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino em Feira de Santana – BA, deboraleal2502@gmail.com;

³ Pós Doutor em Psicologia pela UFLO – AR; Professor e Pesquisador da UFLO – AR, Professor da Rede Municipal de Ensino de São Bento – PB, robertodinizaemd@hotmail.com;

³ Professor, Administrador e Presidente da Educaler University – USA, edinilsonvieira@educaler.us;

⁴ Orientadora: Pós Doutora em Educação pelo IUNIR-AR; Reitora da Educaler University – USA; Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino em Feira de Santana – BA, deboraleal2502@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propôs analisar a importância e os impactos do Programa Bolsa Família no auxílio à inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social, no contexto educacional de uma escola pública da Bahia, a metodologia utilizada foi a qualitativa com pesquisa de campo, traçou-se um diálogo com os (as) teóricos (as) Campelo e Neri (2013); Torres (2013), Ball e Mainardes (2011), Cury (2002), Marx e Engels (2007), além dos dispositivos legais.

As políticas educacionais fazem parte do grupo de políticas públicas sociais do país. Dessa forma, constituem um elemento de normatização do Estado, guiado pela sociedade civil, que visa garantir o direito universal à educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. Tudo isso devido as transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, que nos leva a busca do conhecimento sobre a compreensão dos fenômenos sociais e a necessidade de entender que a organização da sociedade, e que ela se deu através de outro fenômeno denominado de políticas públicas. (SANTOS, 2009).

O qual define-se como um sistema de ações sociais que compreende um esforço da sociedade principalmente das instituições para garantir de forma permanente, os direitos de cidadania a todos. Surgindo assim, a necessidade da promoção de políticas públicas adequada na educação, e nas demais áreas para atender os anseios do homem na sociedade organizada.

É com este percurso de conhecimento que iniciamos nosso trabalho refutando que por definição, ser um dos campos imprescindíveis para o desenvolvimento universal de um povo, a educação criteriosamente dever ser priorizada e arquitetada como foco central de estabilização cultural e social. Destarte, o Programa Bolsa Família surge para que venha se tornar concreto, se faz mister buscar a efetivação das políticas públicas as condições necessárias para sua concretude com eficácia para a permanência das crianças e adolescentes na escola. (RODRIGUES, 2011).

A política pública exerce forte influência em todas as ações que realizamos no nosso cotidiano, nos colocando como interlocutores e sujeitos das ações geradas pelas esferas federal, estadual e municipal. As políticas públicas de educação são programas ou ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos.

Além de garantir a educação para todos também é função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. O Estado, através da realização de políticas públicas, atende a diversos interesses dos múltiplos setores da sociedade. Entretanto, toda e

qualquer política estatal depende recursos públicos, seja na forma de dinheiro, seja no tempo gasto pelos funcionários do Estado para implementá-la. (CURY, 2002).

Os interesses políticos e as práticas pedagógicas, historicamente, mantêm uma relação que visa a dominação. Embora essas relações sejam desiguais, pois a política influencia muito mais a educação do que vice-versa, não podemos negar a importância do fazer pedagógico no seu estado político.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a qualitativa com pesquisa de campo através da realização de entrevistas, no que se refere a entrevista Gil (2017) diz que,

Definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. [...] é uma forma de interação social. [...] é um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2017, p. 109).

A entrevista quando bem usada permite que o pesquisador se relacione com o sujeito contribuindo com as respostas esperada pela entrevistadora. Assim, dentre os diversos tipos de entrevistas usadas no trabalho de investigação, a entrevista semiestruturada foi escolhida neste estudo tomando como base o objeto e os objetivos do estudo. (GIL, 2017).

A escola *lócus* do estudo, está localizada num município baiano, é composta de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 6 a 15 anos, nos turnos manhã e tarde. Os alunos, desde a inauguração da escola, pertencem a famílias muito diversificadas no aspecto sócio-econômico; são filhos de trabalhadores rurais, profissionais liberais, professores, domésticas, desempregados, funcionários públicos.

A unidade escolar atende especialmente à comunidade do próprio bairro e adjacências, a mesma acredita que consultando e interagindo com a comunidade (especialmente os pais ou responsáveis) torna-se possível construir e desenvolver um projeto eficaz de educação. Para tanto, estabelece contato com a família, desde o início do ano letivo, através da matrícula; das reuniões bimestrais com os pais ou responsáveis para informar sobre o rendimento escolar e frequência dos filhos; além de desenvolver um trabalho sistemático de orientação às famílias, através do Apoio Pedagógico. Ainda existe a aproximação da família à escola através dos Eventos Festivos promovidos pela própria escola e do Conselho escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

É inegável a necessidade ao introito do presente estudo uma breve, mas, importante exposição do contexto histórico temporal, já que ao falarmos em programas sociais, nos leva a enxergar e ao reconhecimento deste, de maneira oficial. Assim não podemos falar em programas sociais sem ventilar a hierarquia social, onde seu conceito está diretamente ligado às camadas de coeficientes viventes dentro da composição social, partindo-se da importância de diferentes fatores, que perpassa por, gênero, raça e etnia. (BALL E MAINARDES, 2011)

E esta hierarquia social, historicamente arraigada desde civilizações antigas, vinham a destacar as condições sociais conhecidas também como status, nos dias atuais também definidas por classes sociais. Na Contemporaneidade diferente do período da Idade Média, os indivíduos tem a possibilidade de progressão social, principalmente com o advento do capitalismo no qual a sociedade sofreu diversas mudanças em sua estrutura, acentuando-se a expansão social para alguns, mas como também, a desigualdade social para outros. Para termos uma definição de conceitos de classes vale a análise no texto do Manifesto, na Ideologia Alemã (1845) escrito pelo filósofo Karl Marx e coautoria de Friedrich Engels quando diz:

A diferença do indivíduo pessoal em relação ao indivíduo de classe e o caráter casual das condições de vida para o indivíduo apenas se manifestam com a aparição da classe que é, por sua vez, um produto da burguesia.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 104, 105).

O presente conceito ao utilizar o termo classe, nos remete a manipulação do proletariado em conformidade com a necessidade da sociedade capitalista, porém ele faz uma conexão com a economia e a política, fatores que norteiam os caminhos pra formação da sociedade e que firmam a necessidade de construção de um modelo sustentável e produtivo. É impossível falar do referido conceito e não analisar no âmbito crítico a sua idealização. Já que esta, veio a ser forjada através da necessidade de crescimento. (TORRES, 2013),

E diante desta necessidade, causa de forma reflexa, uma dicotomia de vantagens entre ganhadores e perdedores, como a de quem, em ação colateral durante o processo consegue tirar vantagem em meio a lei da oferta e da procura. A intenção conceitual não se faz trazer a complexa discussão de Marx e Engels (2007), mas apenas uma visualização superficial da polarização de sua percepção sobre hierarquia e conceito de classes no âmbito da sociedade organizada, onde o filósofo destaca a economia e o poder econômico como propulsores da necessidade dos levantes da massificação da sociedade trabalhadora, por meio da luta por direitos e igualdade.

Observa-se que as desigualdades geram conflitos e busca por melhoria através de uma identidade de interesse social por meio de experiências por partilharem sentimentos comuns. Não nos restringiremos a uma percepção apenas econômica, mas nos aspectos histórico, cultural, educacional, afetivo, e de atuação política. Assim, notasse o processo de formação da conscientização das classes. (CURY, 2002).

O Estado como instrumento de execução e assegurador destes valores, reconhecendo este não apenas como instituídos de deveres obrigacionais, mas principalmente um Estado de direito. BOBBIO (1992) mostra que o moderno Estado de Direito, finalizou a passagem do ponto de vista do soberano para o ponto de vista do cidadão, processo no qual o indivíduo passou a possuir direitos públicos, além dos direitos privados. Em muitos momentos a atuação da escola foi associada à função de formar a classe subalterna, o cidadão dócil e o operário competente, por priorizar a dimensão técnica, ensinando álgebra, ciências e outros conteúdos, sem os quais a força de trabalho não seria capaz, supostamente, de desempenhar de forma satisfatória o seu papel na indústria moderna.

As políticas públicas sociais no Brasil, tiveram seu início de forma discreta na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, também conhecido como pai dos pobres (RODRIGUES, 2011). Mas foi através da promulgação da constituição de 1988 que o cenário de assistencialismo social no Brasil, mudou de filantrópico e clientelista, haja vista que os recursos chegavam às camadas mais carentes de acordo com critérios político-eleitoral (SANTOS, 2009).

A partir de 1995, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, muita era a pressão da ala opositora, que taxava as políticas governamentais de “neoliberais”, acusando o atual governo de defender interesses de capital estrangeiro, transferir patrimônio público para iniciativa privada, de eliminar direitos trabalhistas e de continuar com uma política econômica de prejuízo a população mais necessitada (SANTOS, 2009).

Rebatendo as inúmeras críticas, o governo FHC demonstrou que políticas sociais de transferência de renda foram implantadas em sua gestão, visando o alcance as camadas mais pobres, através de programas sociais (SANTOS, 2009). O governo Lula unificou os vários programas de transferência de renda em apenas o Programa Bolsa Família, continuado ao longo de seu segundo governo e no governo eleito e reeleito da Presidente Dilma Rousseff, tendo uma descontinuidade no Governo Bolsonaro e retomado após o terceiro mandato do Governo Lula.

A Constituição de 1988 assegurou alguns benefícios em prol das camadas populares, destacam-se na área educacional: direito de todos à educação, o deverdo Estado ofertar educação pública, a implantação da pré-escola como base para o ensino fundamental, a

descentralização (administrativa e tributária), a oportunidade dos Municípios de organizarem seus próprios sistemas de ensino, dentre outros.

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi dada continuidade ao novo reordenamento jurídico do país, nas diversas áreas, dentre elas, a educação. O movimento social denominado Fórum em Defesa da Escola Pública possibilitou a elaboração do anteprojeto de LDB, PL nº 1258c/88, que deu início no Congresso Nacional à discussão em torno da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (LOBATO, 2006).

Nesse contexto histórico das Políticas Públicas sociais e com propostas inclusivas para que os alunos das classes populares permaneçam na escola, que pontou-se um pouco da visão de cada governo, nota-se que na obra “Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania” escrita por Campelo e Neri (2013) evidenciam com bastante convicção que projeto social em estudo obteve vários pontos positivos ao montante das pessoas envolvidas no modelo de gestão social de benefício popular.

Como o programa atinge um quarto da população brasileira, os autores reforçam que há um maior acesso a serviços básicos por parte desses beneficiários, como: educação, saúde, alimentação e assistência social, e como também a articulação de um conjunto amplo de programas sociais. Com o intuito principal de retirar famílias da situação de pobreza existente desde início do plano, e incluí-las socialmente a serviços direcionados a melhora de atendimento hospitalar e de evasão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta pedagógica da escola pesquisada está fundamentada numa perspectiva sociointeracionista, na qual os indivíduos são considerados sujeitos transformadores, capazes de construir a sua própria história, na interação com o outro e com o meio em que está inserido. Nesse sentido a função social da escola é proporcionar uma educação humana, despertando a criatividade e criticidade dos educandos, promovendo o processo da formação cidadã, no qual os educandos sejam protagonistas no processo de construção do conhecimento de forma consciente do seu papel na sociedade.

É importante a partir desse ponto a pesquisa fazer uma reflexão sobre o Programa Bolsa Família e suas relações a partir da educação e suas relações com a sociedade. Em larga escala houve-se muitas críticas ao Programa Bolsa Família, críticas negativas em função do grande número de crianças e adolescentes que frequentam a escola por assim dizer, para apenas receber o benefício. (SANTOS, 2009).

Há um avanço sim no Programa Bolsa Família, pois já remete a questão dos direitos fundamentais e exercício da cidadania e deve distanciar-se da emblemática política assistencialista que ao invés de atenuar a situação cria mais bolsões de miséria e pobreza. Educadores, famílias e envolvidos no processo de educação e formação de novas mentalidades se preocupam com os destinos dessa parcela da população que beneficiária do Programa Bolsa Família tem mostrado rendimentos não favoráveis no quesito aprendizagem e como é de se esperar aumenta os quadros de exclusão social e repetência escolar. (CAMPELO E NERI, 2013).

De acordo com as famílias entrevistadas o Programa Bolsa Família tem sido uma alavanca, uma força para atenuar os problemas decorrentes da desigualdade social, porém é necessário repensar como o programa está sendo conduzido, se as pessoas de fato saíram da situação de miséria e isso não deve ser feito com um pequeno demonstrativo em cada comunidade.

Para muitos pais a escola é sinônimo de aprendizagem e protagonismo social. De fato, os que ela frequenta devem sair da mesma com os saberes necessários para conviver na cultura que reside e também desenvolver uma aptidão, uma profissão para que assim possa estar na condição de protagonista da sua própria história. Essa fala traz afinidade com o pensamento embutido na Constituição Federal Brasileira quando já anuncia o papel da família,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122).

Dessa forma é importante a tomada de decisões e o assumir responsabilidades de cada indivíduo e instituição social que se coloca a serviço da formação do caráter e de uma profissão, sim sempre remetemos ao preparo para o mundo do trabalho, mais uma vez reiterando que o Programa Bolsa Família não é salário e nem remuneração, é complemento da renda familiar e direito adquirido numa proposta de atendimento e assistência para aqueles que do ponto de vista social estão de fato carecidos desse atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs analisar a importância e os impactos do Programa Bolsa Família no auxílio à inclusão de famílias em situação vulnerabilidade social, no contexto educacional de uma escola pública da Bahia. Nota-se que as políticas públicas sociais estão no

caminho certo para alcançar o mais próximo da erradicação da pobreza e do analfabetismo, que por sinal é um dos problemas que enfrentamos para uma sociedade que efetivamente cobre seus direitos junto à classe política, infelizmente dependemos do esforço e interesse desta mesma classe para o avanço deste processo.

Independente da vontade política em agir com políticas públicas que propiciem o aumento do percentual das famílias dependentes desse programa devem os sujeitos continuar na busca constante da melhoria de seu modo de vida e melhor aproveitar os recursos que são oriundos do Programa Bolsa Família a fim de permitir que seus filhos não sejam dependentes deste, mas sim, agentes sociais que contribuam de forma efetiva com as melhorias sociais, econômicas e culturais a fim de termos cada vez mais pessoas conscientes de seu papel na conjuntura social em que estão inseridos.

A educação é instrumento fundamental de inclusão das pessoas, é o caminho mais seguro para a superação dos obstáculos oriundos das condições sociais em que vivem os mais diferentes indivíduos, mas, é também uma ferramenta poderosa para não permitir que os indivíduos retornem para as condições de alijamento social de onde foram oriundas. É mister destacar que as políticas públicas educacionais no país já se mostraram flexível e transitória conforme a ideologia de governo que se instala no poder, algo complexo para uma área que necessita de ações a longo prazo para se ter resultado.

Observa-se constantemente programas educacionais que não se concluem, mas se estinguem para o começo de um novo, que basicamente segue os caminhos do antecessor, porém, exigindo novos investimentos e sem garantia de continuidade. Podemos nomear de loop temporal, onde um determinado período de tempo se repete várias vezes, é o que tem vivenciado a educação brasileira através de suas políticas públicas, e vem neste percurso causando graves prejuízos para a sociedade.

Deste modo ideais de destaque como, igualdade de oportunidades, participação e autonomia incidem a ser dependentes à conexão lógica do mercado, por outro lado, as melhorias e adequações no âmbito educacional são reduzidas ao mero cumprimento de finalidades que consentem, prioritariamente, ao mandatário econômico.

Para a possível transformação dessa estrutura de política pública educacional é necessário o alargamento dos horizontes e notadamente a aplicação de novas concepções políticas que venham a se afastar desta interpretação economicista da educação e com a ampliação deste horizonte, venham a aproveitar a pluralidade culturais na busca de restauração hierarquias pré-estabelecidas, onde se enxerga no povo a fonte para a mudança e sua necessária evolução para a construção de uma sociedade forte.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 dezembro de 1996**. Disponível em: <http://ww.mec.gov.br>. Acesso em 23 de março de 2024.
- CAMPELO, T.; NERI, M. C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: [s.n.], 2013.
- CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.116, p.245-262, jul. 2002.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2017.
- LOBATO, V. S. Concepções de professores sobre questões relacionadas a violência na escola. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006.
- RODRIGUES, Bruno Sávio Pereira. Bolsa Família: análise da aplicação desta política pública na cidade de Santa Rita/PB. 2011. 63 f. **Dissertação de Mestrado em Administração**, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Cortez, 2009.
- TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociológica**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2013.